

A advertência do Brasil aos credores

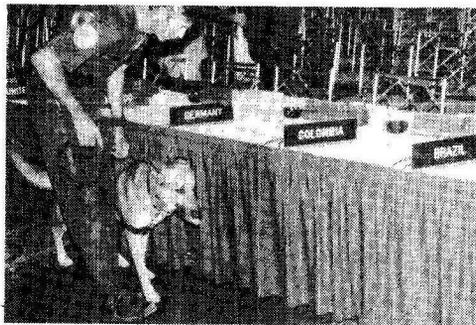
A manutenção das linhas de crédito é melhor para todos, disse o presidente do Banco Central em Miami.

O Brasil advertiu oficialmente seus credores que o melhor que podem fazer agora é não cortar as linhas de crédito de curto prazo que estão vencendo neste final de mês. Segundo o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que enfrentou o comitê de assessoramento dos bancos credores, ontem à tarde, em Miami, "a comunidade bancária reagiu bem, positivamente, dando indicações de que aceitará uma pedido formal de prorrogação de prazo, porque assim será melhor para todos".

Francisco Gros garantiu à comunidade bancária que o Brasil quer pagar sua dívida o mais cedo possível, admitindo para a imprensa depois que alguns bancos chegaram mesmo a pensar na adoção de medidas legais. A reunião de Gros com Willian Rhodes, presidente da Comissão dos Bancos Credores, começou às três horas da tarde e se prolongou imprevistamente até quase sete da noite.

Ao entrar para a reunião, Gros disse para jornalistas brasileiros que suas intenções eram as mais amistosas. Mas ele estava visivelmente nervoso. Quando perguntamos a ele se tinha algum programa, ele respondeu: "Não anunciamos internamente aos nossos cidadãos e não caberia então anunciar antes aos banqueiros no Exterior". Ao sair da reunião, Gros se encontrou de novo com a imprensa, incluindo repórteres estrangeiros. Quando lhe perguntaram qual foi a reação do comitê de bancos às medidas adotadas pelo Brasil recentemente, ele respondeu: "Discutimos algumas questões específicas de interesse dos bancos credores. Falamos de como resolver as questões do crédito".

"Qual foi a reação que o senhor percebeu," perguntou um jornalista.



BID: cuidado com a segurança.

— Creio que foi uma reação positiva, na medida em que agora nos encontramos na posição de começar a conversar com o comitê de assessoramento dos bancos credores, o que antes não podíamos fazer — disse Gros.

Questionado sobre as linhas de curto prazo — são US\$ 10,5 bilhões de crédito comercial para financiar exportações e US\$ 5 bilhões de créditos interbancários que mantêm funcionando as agências dos bancos brasileiros no Exterior —, Gros respondeu:

— Nossa posição é a de que é de interesse dos bancos manter essas linhas de crédito no nível em que se encontram, porque são essenciais ao Brasil. Só assim podemos pagar nossos empréstimos.

O jornalista então perguntou a Gros como se formalizaria o acordo para prorrogação do prazo das linhas de crédito que se esgotam neste próximo dia 31. Gros respondeu: "Não acho que este seja o momento para tentar uma acordo formal porque não temos muito tempo, apenas alguns dias".

Francisco Gros acrescentou que a comunidade bancária deu indicações de que aceitaria o pedido brasileiro. "Quando isso acontecer?"

— Nos próximos dias. Irei embora terça-feira à noite e ainda poderemos ter mais reuniões em busca de uma linguagem adequada.

"As reuniões seriam outra vez com o comitê?"

— Se necessário, sim.

"O senhor daria alguma indicação de quando o Brasil começará a renegociar os empréstimos a longo prazo e quando começará a pagar os juros da dívida?"

— A resposta para as duas questões é: o mais cedo possível.

Poder de veto

Banqueiros e ministros do mundo todo estão desembarcando desde ontem de suas limousines e Rolls-Royces no Hotel Intercontinental de Miami, onde hoje será aberta a 28ª reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, marcada por duas superestrelas, o representante do maior devedor do mundo, que é o presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Roberto André Gros, e o secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker III, que quer dar aos Estados Unidos o poder absoluto de veto a empréstimos para a América Latina. Se esse objetivo for alcançado o Brasil poderia enfrentar dificuldades, pois seus recursos de um bilhão de dólares anuais, por quatro anos, já praticamente concedidos pelo BID, seriam passíveis de um novo exame, que então levaria em conta outros problemas bilaterais, como a suspensão do pagamento dos juros da dívida.

Moisés Rabinovici, de Miami.